

# Apresentação

Filomena Silvano

Doutora em Antropologia (Universidade Nova de Lisboa)

Professor Associado da Universidade Nova de Lisboa

Lisboa, Portugal

filomenasilvano@fcs.unl.pt

Izabela Tamaso

Doutora em Antropologia (Universidade de Brasília)

Professora na Universidade Federal de Goiás

Goiânia, Brasil

belatamaso@gmail.com

**E**m 1967, numa conferência que só viria a ser publicada no início da década de 1980, Foucault previu a importância que o espaço veio entretanto a manifestar tanto no trabalho intelectual de compreender o mundo como, ou talvez sobretudo, nas vidas quotidianas de todos nós. No campo estrito da antropologia, o espaço foi-se autonomizando como objeto de trabalho, tendo dado forma a um subcampo específico, o da antropologia do espaço.

Geertz (1996) já sinalizava para o fato de que uma breve observação nos volumes de monografias e livros de antropologia nos permitiria constatar a ausência do lugar como conceito analítico e descritivo, não obstante a presença do “meio ambiente” e das descrições físicas. Razões para isto seriam, por exemplo, a ubiquidade e o sentido de lugar na vida humana e as diferenças do termo na linguagem ordinária. Além disso, separado de suas materializações, o “lugar” teria pouco significado. Primeiramente, a noção de lugar esteve efetivamente presente, na medida em que determinava os limites espaciais da observação, mas foi raramente nomeada. Depois foi contestada – exatamente por ter tido uma presença oculta impedidora do alargamento e da complexificação da observação e da análise – e hoje é convocada de forma sistemática por antropólogos que trabalham com os mais diversos temas de pesquisa.

Como Foucault previra, nos anos 90 se intensificaram, nas Ciências Sociais, os estudos sobre espaço e lugar. Antropólogos deslocaram suas abordagens, de forma que as dimensões espaciais das culturas deixaram de ser apenas o pano de fundo, o cenário, o background e assumiram função de destaque, uma vez que se convenceram de que todo comportamento é localizado e construído de (e por) espaços (Low; Lawrence-Zúñiga, 2011). A categoria analítica, ou o conceito de lugar, tem balizado estudos sobre sociedades indígenas, quilombolas, camponesas, grupos urbanos, ribeirinhos, de refugiados, de deslocados, de migrantes, grupos impactados por projetos de desenvolvimento, pelo processo de globalização, pelos processos de patrimonialização e gentrificação, grupos que vivenciam conflitos étnicos e/ou políticos, dentre outros.

O conjunto de textos que agora apresentamos é revelador dessa recorrente utilização da noção de lugar e da heterogeneidade das formulações que lhe são associadas. Sustentados por etnografias consistentes, eles mostram que o lugar é uma categoria instável, que resulta de uma constante negociação entre diferentes grupos. Mesmo quando é formulada a partir de construções culturais essencializantes – caso frequente –, o que realmente está em causa são processos culturais, an-

corados em lógicas discursivas que, embora neguem as negociações, se encontram nelas inseridos.

O primeiro texto, de Mónica Lacarrieu, inicia-se com uma apresentação da dicotomia conceitual entre a primazia dos fluxos e as dinâmicas essencialistas, para em seguida analisar, a partir de um estudo de caso localizado no centro histórico de Buenos Aires, o lugar como objeto e sujeito de apropriações diversas e conflitivas, baseadas em processos de negociação, disputas entre grupos sociais. À dinâmica transnacional que opera as regenerações urbanas das cidades opõe-se a lógica vivencial dos afrodescendentes, centrada na cultura expressiva do *candomblé*.

A experiência do urbano tem, também para Esteban Marcos Dipaola, uma dimensão estética que se prende com o envolvimento do corpo em movimento. Essa dimensão exige aproximações metodológicas inovadoras, que se centram nos percursos e trajetos urbanos. O autor dedica-se a analisar a categoria lugar em relação ao urbano e às práticas na pós-modernidade. Sustentando-se na hermenêutica, o autor define o lugar e o urbano como produção de sentidos e fluxos, de modo a considerá-lo a partir das experiências, das expressões e das visualidades.

O lugar é atualizado heurísticamente e flexibilizado para uma análise em múltiplos planos no texto de Ricardo Seiza Salgado, que reflete sobre os significados que cada um de nós dá aos lugares para, a partir do conceito de lugar de Marc Augé – uma das propostas conceituais mais citadas neste Dossiê –, denunciar o tipo de relação com o espaço a que muitas pessoas estão obrigadas pelas políticas contemporâneas. Investindo na reinterpretação do conceito de não-lugar, Salgado afirma a importância de se trabalhar etnograficamente o lugar antropológico, de forma a lançar-se mão dele analiticamente, em qualquer que seja o contexto de análise. Para tal propõe a oposição entre “habitat de significado” e “habitat não-significativo” como alternativa conceitual que deriva parcialmente da formulação de “lugar antropológico” e “não-lugar”. Propõe uma reconfiguração dos lugares topográficos na experiência incorporada durante a vida, nas suas dimensões sociocultural, econômica, política, o que denomina de lugares performativos concretos. Afirma que operacionalidade do lugar, como conceito, expande-se quando desancorado do lugar topográfico.

Marta Prista mostra, com base num estudo sobre três pousadas de Portugal, o quão diversas podem ser as formas de agenciamento dos lugares quando as lógicas patrimoniais estão presentes. Partindo do pressuposto de que é o lugar uma construção intelectual e social, negociada na pluralidade de atores envolvidos na produção, experiência e representação do espaço, a autora analisa como as Pousadas de Portugal (criadas em 1939 pelo Estado português, majoritariamente em espaço rural e em edifícios patrimoniais) têm participado na territorialização de narrativas de identidade. A partir do trabalho de campo, afirma que essas narrativas informam e são informadas por relações e práticas sociais que, diacrônicas e dinâmicas, se articulam com outras escalas territoriais e outras dimensões simbólicas.

No texto de Ramiro Seguro sobre o bairro “Puentes de Fierro”, na periferia de La Plata (Argentina), podemos observar o processo de atribuição de significados, mediante o qual um “espaço” torna-se “lugar”, ou seja, é carregado de sentidos e significações diversos, sequenciais e contrapostos, em um processo social e temporal. São dois os focos desenvolvidos pelo autor: um no qual descreve o processo social, espacial e temporal em que se constituem as habitações, e outro em que analisa dois projetos contemporâneos – um sobre “memória”, outro

sobre “patrimônio” –, que objetivam inverter os sentidos dominantes sobre o lugar. O autor revela a complexidade dos mecanismos de estigmatização e segregação e a sua relação com a construção social das memórias do lugar.

A partir de uma etnografia com crianças de bairros populares da Argentina, Diana Milstein ensaia e propõe uma metodologia que pretende responder exatamente ao desafio: é andando que as crianças conhecem o espaço urbano. Entendendo a cidade, o bairro, a rua ou uma praça como carregados de sentidos apreensíveis, na medida em que o etnógrafo capta as situações e eventos vividos e sentidos por aqueles que os habitam, a autora apresenta os resultados parciais de três experiências etnográficas com crianças, entre 10 e 13 anos, como coinvestigadoras. Alcança êxito no propósito de mostrar a contribuição das crianças (sujeitos que também participam do trabalho de “fazer a cidade”) na compreensão dos espaços e vida social local.

A partir de um estudo etnográfico com pessoas em situação de rua em Madrid (Espanha), Santiago Bachiller mostra como a noção de “hogar” organiza, pela sua presença ausente, o espaço daqueles que dele foram despossuados. Analisa os sentidos do lugar inerentes às experiências ligadas com o habitar um espaço público. Além do gênero, classe social e biografia residencial, o autor também problematiza algumas outras dimensões fundamentais na conformação dos sentidos do lugar, como espaço físico, espaço social, espaço identitário, espaço “ideal”, lugar de memória ou espaço ideológico, a partir de práticas e discursos dos sujeitos em situação de rua.

O texto de Luz Stella Rodrigues Caceres apresenta uma complexa negociação em torno de um espaço inserido na cidade do Rio de Janeiro: o Quilombo de Sacopã. A construção cultural do lugar, associada à ideia de patrimônio, surge na convocação discursiva (e jurídica) de dois grupos, cujos interesses são conflituais. Em um caso é o cotidiano e a sua experiência que fazem o patrimônio, enquanto noutro é a autenticidade da natureza: cotidiano versus monumentalidade. Nos termos de Herzfeld (1998), tempo social e tempo monumental. Refutando a ideia do lugar como algo pronto, a autora destaca a característica heterogênea do lugar, suas várias camadas de significado, bem como sua dimensão dialética, constituída de relativas permanências e mudanças.

O texto de Renata de Sá Gonçalves parte de uma manifestação cultural brasileira, o samba, para enunciar uma série de diferentes lugares que ela pode engendrar. Examina como esses lugares emblemáticos na literatura especializada sobre o tema foram narrados e experimentados, tanto de modo a conectar pessoas quanto no de relacionar categorias de pensamento, como as de tempo, espaço, poder e patrimônio. A autora sugere que a ressonância produzida pelo samba na cidade do Rio de Janeiro se faz a partir de sua ampla capacidade de promover correlações entre pessoas e lugares, reciprocamente. A presentificação desses lugares nos movimentos sociais, nas manifestações festivas e nos processos de patrimonialização é também analisada pela autora.

O texto de Marta Rosales, tendo por base uma etnografia dos consumos de jovens portugueses com uma origem africana, mostra que o conhecimento do espaço se faz também por meio dos objectos. Partindo de uma etnografia da materialidade, o texto revela os traçados que dão forma ao espaço da globalização contemporânea: os possíveis lugares para viver são, para os adolescentes em causa, aqueles que estão presentes numa rede transnacional tecida pelos percursos dos objetos que consomem.

Para finalizar, Ricardo Campos e Claudia Vaz refletem, a partir de suas etnografias, sobre a condição de jovem negro no Portugal pós-colonial no bairro de Alto da Cova da Moura, constituído majoritariamente por imigrantes provenientes das ex-colônias portuguesas em África e seus descendentes. É nesse contexto e condição identitária complexa que se encontram os jovens negros, pois vivem em um bairro marginalizado pelos media e por instituições públicas, e sofrem por causa de fatores socioeconômicos, raciais e étnicos. É nesse contexto que o rap e o graffiti são acionados como expressões de reflexividade e contestação; como recursos de *empowerment* juvenil que se configuram em torno de políticas de identidade específicas.

Interessa-nos, a partir deste número, estimular e contribuir para as reflexões que tomem o lugar como categoria de observação.